



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000074696

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1004352-90.2022.8.26.0073, da Comarca de Avaré, em que é apelante VANESSA DOS SANTOS NEGRÃO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado LEANDRO DA SILVA PEREIRA.

ACORDAM, em 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores HUGO CREPALDI (Presidente) E MARY GRÜN.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

JOÃO CASALI

RELATOR

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível nº 1004352-90.2022.8.26.0073

Apelante: Vanessa dos Santos Negrão

Apelado: Leandro da Silva Pereira

Comarca: Avaré

Voto 651

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO MONITÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE.

1. Recurso da autora que deve ser acolhido, pois a prova documental confirma, a contento, a existência da dívida.
2. Conteúdo da mensagem de Whatsapp que sequer foi contestado pelo acionado.
3. Impugnação ao benefício da justiça gratuita deferido à autora que não pode ser acolhido, em razão da ausência de elementos de convicção a afastar a hipossuficiência.
4. Recurso provido

Vistos.

-

Trata-se de recurso de APELAÇÃO apresentado por VANESSA DOS SANTOS NEGRÃO, nos autos da ação MONITÓRIA movida contra LEANDRO DA SILVA PEREIRA, objetivando a reforma da sentença de págs. 208/212, cujo relatório adota-se, que julgou improcedente a ação, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Sustenta a apelante, em síntese, que o julgado deve ser revisto, uma vez que houve cerceamento de defesa, pois não foi produzida a prova mediante ata notarial das conversas de *WhatsApp* que embasariam a ação. No mérito, reafirma a relevância das mensagens trocadas entre as partes, as quais, segundo aduz, confirmariam a responsabilidade do apelado pelo pagamento do empréstimo.

Vieram as contrarrazões (págs. 249/254).

Houve oposição ao julgamento virtual (pág. 261).

É o relatório.

Trata-se de ação monitória, na qual a autora alega que, a pedido do requerido, contraiu empréstimo onde pagaria ao banco Santander 49 parcelas da quantia de R\$ 1.855,16 (mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos). Aduz, todavia, que o requerido deixou de pagar as parcelas desde de junho/2022 e pleiteia a condenação do requerido ao pagamento do valor da dívida, de R\$ 44.523.84 (quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos).

O recurso apresentado confronta, a contento, os fundamentos da sentença recorrida, atendendo ao princípio da dialeticidade, não havendo motivo para não o conhecer e, no mérito, merece provimento.

Inicialmente, deve ser rejeitada a impugnação ao benefício da justiça gratuita inicialmente deferido à autora, vez que a renda por ela demonstrada afigura-se compatível com a benesse.

De outro lado, não houve a apresentação de elementos de convicção idôneos aptos a afastar a hipossuficiência inicialmente reconhecida na origem.

No mérito, prospera o inconformismo da autora e o pedido monitório deve ser acolhido.

A ação monitória foi instruída com mensagem de whatsapp, comprovantes de pagamentos e do saldo em aberto do empréstimo bancário.

Pontue-se que o teor da mensagem de pag. 15 sequer foi impugnado pelo acionado. Ali, o acionado confirma que o mútuo bancário deu-se por seu interesse.

Veja-se que o acionado questiona a autora: "*Qtos mil eu peguei no empréstimo*" e acrescenta: "*Vou passar ele para empresa pagar a*

partir do mês q vem".

A informação ali trazida pela autora, de que naquele mês estava sendo paga a 12ª parcela (em abril/2021, data das mensagens) está em conformidade com o demonstrativo de págs. 27/28.

Também foram apresentadas transferências bancárias em benefício da autora, que se mostram compatíveis com a promessa de que seriam pagos "pela empresa" (págs. 16/26, sendo 3 deles em duplicidade).

Infere-se, portanto, e respeitado o entendimento do nobre sentenciante, que a documentação trazida mostra-se apta a confirmar a alegação inicial da autora quanto à obtenção de empréstimo em favor do acionado.

Nesse contexto, impõe-se o reconhecimento do direito da autora em obter a restituição dos valores pagos em favor do acionado.

Reafirme-se que o acionado nada esclareceu sobre a afirmação constante da mensagem de pág. 15, quanto ao empréstimo.

A alegação feita em defesa, de que o valor obtido com o empréstimo teria sido utilizada pela autora em benefício próprio, com a reforma de sua residência, não tem nos autos o menor indício de veracidade.

Acrescente-se que as questões de índole familiar aventadas pelas partes não têm relevância para o reconhecimento da dívida buscada neste processo.

Registre-se que, em razão do ora decidido acerca da suficiência da documentação apresentada na petição inicial, fica prejudicada a arguição de cerceamento de defesa apresentado nas razões recursais. É dizer, desnecessárias outras diligências.

Necessário esclarecer que o valor buscado pela autora na peça inicial (R\$ 44.523,84) inclui parcelas então vincendas na época do ajuizamento da ação, de modo que os acréscimos legais, de juros moratórios de 1% ao mês e a correção monetária (Tabela Prática TJSP), deverão levar em conta, para fins



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

de reembolso, as datas dos pagamentos realizados pela autora.

Assim, pelo meu voto, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao recurso, para acolhimento do pedido monitório, nos termos da fundamentação, ficando o acionado responsável pela verba de sucumbência fixada em 10% do valor da dívida.

JOÃO CASALI

- Relator -